

VITIMIZAÇÃO POLÍCIAL: A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR TODO UM CORPO MILITAR

POLITICAL VITIMIZATION: THE VIOLENCE SUFFERED BY ANY MILITARY BODY

SANTOS, Fabricio Antônio dos ¹
CHADUD, Reycilane Carvalho²

RESUMO

A violência sofrida pela polícia é um sério problema de segurança pública, já que, no momento, ocorre um aumento crescente da violência no Brasil. Isso se baseia em algo muito específico, julgando as variantes em relação à comunidade como um todo, o que contribui para se tornar uma vítima em estatísticas mais altas quando comparado às estatísticas de outros grupos sociais por estar em alvo um grupo envolvido na promoção de melhores condições sociais e no combate à violência e ao crime na comunidade. Este artigo pretende apresentar a realidade da violência sofrida pela polícia militar, utilizando literatura e meios de comunicação disponíveis para compor o presente trabalho e procura discutir iniciativas que diminuam os riscos que a polícia militar está sujeita.

Palavras-chave: Polícia Militar; Vitimização; Segurança pública.

ABSTRACT

The violence suffered by the police is a serious problem of public security, since, at the moment, there is a growing increase of violence in Brazil. This is based on something very specific, judging the specific variants in relation to the community as a whole, which contributes to becoming a victim in higher statistics when compared to the statistics of other social groups by target of a group involved in the promotion of better social conditions and the right to violence and crime in the community. This article intends to present the reality of the violence suffered by the military police, using literature and means of communication available to compose the present work and seeks to discuss initiatives that diminish the risk that the military police are subject to.

Keywords: Military police; Violence; Public security.

¹Graduando do Curso de Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública, da Polícia Militar do Estado de Goiás, fabricio-santos@hotmail.com; Anápolis – GO,

²Professor orientador: Dra. Reycilane Carvalho Chadud, Doutoranda em Sociologia do trabalho pela UFG.

1 INTRODUÇÃO

A vitimização policial é um grande mal que assola os profissionais da segurança pública. O trabalho policial tem como essência, além de suas características políticas e bélicas, um fundamento maior em sua função social, e por tratar diretamente com a sociedade e seus integrantes encontra mais entraves e dificuldades em cumprir com seu papel. A violência está presente em todos os âmbitos sociais, e não seria diferente contra aqueles que são responsáveis por garantir a ordem e proteger a sociedade (DOS SANTOS, 2016).

Ao longo do tempo se pode observar que as forças policiais, incumbidas na função de evitar e reprimir o crime sofrerão e sofrem grande pressão não só oriunda de sua função como também em manter sua própria segurança. Diante desse problema surge o questionamento de que a vitimização pode ser resultado de problemas, governamentais ou da própria sociedade. Neste sentido, é preocupante esse estrondoso aumento da violência contra os policiais e assim mais que necessário encontrar meios para diminuição de tal violência. É notável que o avanço da tecnologia nas últimas décadas, e também seu uso em prol do trabalho policial (BORGES, 2016).

Atualmente no Brasil existe uma crescente e constante alta na violência, estando entre um dos países com mais vítimas fatais em decorrência de violência, tal número tem sido o retrato perverso porém realístico protagonizando o principal problema de segurança pública na atualidade. Sendo que boa parte dessas vítimas são justamente os responsáveis por coibir e combater a violência, a Polícia Militar, que lideram o ranking de vítimas desse quadro de violência, com cerca de 80% dos casos.

O Brasil vive uma crise da segurança pública. Em 2015, foram registrados 57.592 homicídios, o que nos torna um dos países mais violentos do mundo. Por outro lado, a polícia brasileira tem uma taxa alta de letalidade: foram 3.350 vítimas policiais nesse mesmo ano, em decorrência da violência (RAMOS, 2016).

Esse fenômeno ganha ainda maiores proporções por se tratar daqueles que tem por dever proteger a sociedade da violência. A convivência com o perigo, os riscos, e com a morte, faz parte da rotina e se reflete na prática policial, imersos constantemente em ambientes de riscos eminentes, e quando ocorrem mortes e violências sofridas por parte de seus colegas isto se reflete negativamente na prática policial, e se torna em especial preocupante quando se raciocina que este mesmo grupo são os responsáveis por aplicar as leis que o estado a muito determinou (MUNIZ, 2009 p.89).

Dessa forma, obstante a realidade apresentada, trata-se ainda de uma questão de reconhecer os direitos humanos, onde pesquisas realizadas pelo IBGE, no ano de 2017, que a cada dois dias é registrado a morte de um policial militar no Brasil, e cresceu em 60% o número de casos de violência e morte sofridas pela polícia (IBGE, 2017).

Segundo estudos realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017, “Entre os profissionais militares, mais de 70% do grupamento policial possuíram algum colega morto ou ferido, e cerca de 71% indicam que colegas já foram vítimas de morte fora do horário de prestação de serviço” (FBSP, 2017). Em contra ponto, existem pouquíssimas obras literárias que tratem dessa problemática, o que vem dificultando a percepção da sociedade e do próprio contingente policial, e do próprio Estado, que dediquem atenção a respeito do reconhecimento dos direitos humanos, e da integridade física preservada dos servidores da polícia militar.

O presente trabalho apresentou pesquisas sobre casos de violência sofrida por parte da polícia militar, e pesquisas na mídia e literatura disponível sobre o assunto supramencionado. O presente trabalho encontra – se dividido em outras quatro partes além da introdução, sendo elas, revisão literária, onde foi explanado as considerações acerca das doutrinas disponíveis, discussão e resultados, onde buscou se reflexões e soluções para a problemática, neste estudo não irá ter a sessão metodologia, pois a mesma será substituída por um aprofundamento da revisão literária, pois o estudo não apresenta pesquisa de campo, e por fim as considerações finais, onde se encontram as reflexões acerca de todo o trabalho desenvolvido, e algumas sugestões para tornar a diminuição da gravidade da problemática em discussão.

2 REVISÃO DA LITERATURA

É fato que a violência tem tido um avanço e um crescimento além das proporções nos últimos anos, contra aqueles que têm por dever cuidar e proteger a sociedade contra a criminalidade, mesmo sendo legitimados para manter a lei e a ordem, em muitos casos também se tornam vítimas, a força policial lida diariamente com todo tipo de transgressores da lei.

Entretanto, somente o fator de se “lidar” com o crime de forma direta, não os torna vítimas. Neste sentido se faz necessário, definir o que é vitimização, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), tem por definição que violência é:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002, p. 5).

A partir desta definição, é possível entender a diferença entre violência e agressividade, está se definindo por ser uma reação momentânea em que seja necessário adotar uma atitude mais enérgica, seja para repelir injusta agressão ou impor certa conduta necessária naquele momento.

Dessa maneira, são encontradas várias definições de violência, Maria Cecílio de Souza Minayo define violência como visão popular, sendo:

A violência dominante na consciência contemporânea é a ‘criminal’ e ‘delinquencial’. Esse tipo de fenômeno nunca teve a tolerância social, uma vez que ele fere, antes de tudo, a moral fundamental de todas as culturas. Colocando o termo no plural, Chesnais (1981) distingue no imaginário social atual, três definições de violências que contemplam tanto o âmbito individual quanto o coletivo: no centro de tudo, a ‘violência física’, que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzidas nos homicídios, agressões, violações, torturas, roubos a mão armada; a ‘violência econômica’, que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens; e, por último, a ‘violência moral e simbólica’, aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro (MINAYO, MCS. Violência e saúde, p.14).

Dessa forma a violência pode ser caracterizada ainda como “Situação em que se faz uso da força bruta. Contrário ao direito e à justiça” (BITTAR, 2015), a prática policial já traz consigo uma enorme carga de perigos aos detenedores do dever de proteger a sociedade, incumbidos de promover a ordem e a segurança, os policiais se expõem a inúmeros perigos durante a prática das suas funções, em decorrência disso, muitos em condições normais já tem a vida ceifada, e com o aumento da violência, esse número tem crescido ainda mais (RIBEIRO, 2015).

Em estudos e pesquisas realizadas pelo estudioso, Allan Fernandes, “A cada 33 horas um policial é morto no país, os mesmos estudos apontam um aumento de 110 casos de mortes de policiais fora do exercício das suas funções vitimados em decorrência da violência”.

Em contraponto, a força policial ainda sofre com outro problema, a ausência de equipamentos modernos e a falta de recursos tecnológicos por vezes deixam a vida dos agentes a mercê da criminalidade. O estudo apresentado expõe números de um conflito onde o corpo policial tem sido imensamente prejudicado, uma das contagens mais perversas no Brasil, tem sido a contagem dos mortos pelo crime e violência (BEATO FILHO, 2013).

Segundo os diversos estudos, de diferentes fontes, mais de 54 mil civis sofreram morte por homicídio nos últimos anos, sendo que entre eles 490 foram policiais. E existem diversos núcleos de vitimização por meio da violência, que vem sendo enfatizados na mídia e na literatura acadêmica, como por exemplo, dos jovens residentes em comunidades de periferia, excluídos, negros, e etc. E infelizmente, não parece existir uma atenção para o foco da vitimização de policiais (BRITTO, p. 78 2015).

Mediante a situação alarmante, preocupante e extremamente precária frente às ações de preservação da integridade física dos policiais na sociedade, o estudioso Storiani (2013) opina “a sociedade está completamente alheia à instituição policial. Quando você precisa dela, você quer do seu lado. Quando não precisa, quer o mais longe possível. Não valoriza, não apoia e dá mais importância aos seus erros do que do que aos seus acertos”, (STORIANI, 2013).

E de fato existe poucas medidas para se fazer a preservação dessa integridade, num país, onde as governanças e os direitos humanos dão mais importância, para tomar resoluções que preservem a vida e a segurança de malfeitores, mas não tem o mesmo empenho para tornar digno e seguro o trabalho daqueles que tem por prática dar a sua vida para preservar a vida da sociedade (BRITTO, 2015 p.46).

Haja vista que mediante os fatos supramencionados e os números apresentados as organizações internacionais têm mantido um olhar penalizado sobre o Brasil, pois tem sido o país onde constantemente os policiais militares têm passado por inúmeras mazelas, e ainda sim, não tem tido o reconhecimento por parte da sociedade, segundo Maria Laura Canineu, diretora HRW (Human Watch) no Brasil “A polícia no Brasil precisa desesperadamente da cooperação da comunidade para combater os elevados índices de criminalidade que afligem o país” (CANINEU, 2017).

Sendo assim, o Estado vem remodelando as diretrizes, para que os policiais militares cujo dever e atribuição é zelar pela ordem e segurança pública, onde o artigo 144, parágrafo quinto preve, “§ 5º Às polícias militares cabem à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei,

incumbe à execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, 1988), possam ter condições mais dignas e seguras de exercer suas funções, pois atualmente na maioria dos estados a policia militar sofre com a falta de recursos, tendo o seu efetivo e pleno exercicios das suas funções prejudicados, bem como a garantia da propria integridade negligenciada (BRITTO, 2015, p.32).

Ao lado dessa falta de recursos, reina como já supramencionado no texto, a violência contra o seu grupamento, praticados por indivíduos que a muito tempo se afastaram da conduta adequada e do cumprimento das normas da lei, e não bastasse os entraves destacados, a força policial muitas vezes recebe críticas por parte da sociedade, e da mídia, quando uma memoria do seu grupo comete conduta delituosa, sempre destacando os aspectos negativos e quase nunca reconhecendo que este tipo de conduta jamais foi e nem será tolerado pela junta judiciária militar, e isso não pode e nem deve ser admitido, pois muitas vezes os transgressores se utilizam de brechas na lei para se beneficiar mesmo em conduta errônea.

A violência surge, como em todo seio social, quando o malfeitor acredita que não sera punido, quando o infrator percebe que não há melhorias nas tecnologias oferecidas a força policial, quando as governanças e sobretudo a sociedade deixa de prestar reconhecimento a seu trabalho (MORRISSON, 2014).

Os policiais tambem possuem direito a vida, a respeito a sua integridade, que muitas vezes os direitos humanos não dão a devida importancia, sendo assim é necessaria tomar medidas que diminuam as estatisticas de morte, e da violencia sofrida pela policia militar, porquanto o objetivo do presente estudo é apresentar a seguir dicussão e resultado para tal problemática, a começar pelos recursos tecnologicos a serem empregados em benefício da policia militar (MORRISSON, 2014).

2.1. O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E AS CONSEQUÊNCIAS DA VITIMIZAÇÃO NA SAÚDE E BEM ESTAR DA POLÍCIA MILITAR

A força policial em todo mundo, tem a mão de obra que mais sofre com stress e riscos de vida, mas no tocante da polícia militar brasileira, tem se notado que os níveis de stress tem se colocado na dianteira ranking de prejuízos a saúde psicológica e física desses profissionais, tem se notado ainda que esses níveis são bem maiores que em outras categorias de serviço, e isso não se deve somente a alta periculosidade do trabalho, mas principalmente em referência a carga de trabalho e as violências sofridas por parte da polícia militar, sejam

elas por parte dos meliantes, seja por parte da população e mídia que ataca de forma implacável seu trabalho, seja pelas relações conflituosas entre a polícia e a força de justiça.

Nos dias atuais as condições tem se tornado ainda piores pois a polícia tem lidado diariamente com altos índices de criminalidade de toda natureza, os constantes riscos que o policial já era exposto, ultimamente cresceram bastante, e essas condições por si só já fazem com que os policiais fiquem expostos ao medo por si e por suas famílias, que muitos nem comentam qual a sua profissão, devido as represálias que podem ser sofridas, o medo das vitimizações que podem e estão sendo sofridas, isso tudo contribui para o adoecimento do físico, a prejuízos na saúde mental e psíquica, e a qualidade vida.

Quando se têm em discussão as organizações laborais de trabalho, a carga mental, e as consequências psíquicas, Wisner (1994) explica,

As condições de trabalho estão constituídas pelos componentes físico, cognitivo e psíquico, dos quais, o último é o elemento mais difícil de caracterizar, pois ele se relaciona ao significado que tais condições têm para cada trabalhador (WISNER, 1994).

Sendo assim, os sofrimentos psíquicos não caracterizam nenhuma doença mental, no entanto geram sintomas que causam sofrimento, sendo alguns deles, ansiedade, depressão, síndrome do pânico e etc. Dejours relata em seus estudos que, “um mal-estar inespecífico, intermediário entre a saúde e a doença, mas que pode se tornar patológico, dependendo da frequência de sua ocorrência”, (DEJOURS, 1992).

Dessa forma neste estudo é possível perceber que as consequências da vitimização, que geram o comprometimento da saúde mental e física, as questões das cargas exaustivas de trabalho, estresse excessivo nas atividades laborais, tem contribuído para o desenvolvimento de males na saúde psíquica da polícia militar.

Lipp (1996) afirma que,

Alguns profissionais que lidam com tarefas perigosas, como os policiais, afirmam que certa dose de estresse é positiva e necessária para que o serviço seja feito. A essa condição, o autor denomina estresse. Seu oposto é o estresse negativo ou desestresse, que acovarda, intimida e faz com a pessoa fuja das situações (LIPP, 1996).

A OMS (Organização Mundial da Saúde) prega e define o bem estar mental e físico como algo que vai além da ausência de doença, e que envolve e se associa todos os aspectos da vida inclusive as condições de trabalho as quais o indivíduo é exposto. As

análises da OMS revelaram indicadores de que o trabalho é justamente uma das maiores causas de insatisfação e mal estar, e no caso do policial militar isso favorece ainda mais o adoecimento.

Uma das ações que favorecem o bem estar e a melhora nas questões de saúde a ainda contribui para que a vitimização diminua seus índices, é o apoio social, ou seja, a consideração e apoio por parte da população nas práticas policiais, neste sentido Due afirma, “como os recursos disponibilizados por outras pessoas a favor de alguém, em situações de necessidade e que podem atuar como mediador e possibilitar formas adequadas de lidar melhor com perdas e problemas do cotidiano”, (DUE, 1999).

Neste sentido vários autores pontuam que um profissional bem assistido e apoiado, tem menos riscos de desenvolver problemas das naturezas referidas, neste caso é de fundamental importância que a sociedade mude sua mentalidade e passe a enxergar o policial militar como um “saco de pancadas” e sim como parte importante na sociedade sem a qual o caos reinará e seria impossível que a sociedade estivesse segura e bem assistida por estes profissionais. Sendo assim quanto mais apoiado o profissional for, menos será os riscos de desenvolver tais enfermidades.

Quando os policiais são expostos a cargas horárias exaustivas em situações de stress profundo, os policiais têm por tendência desenvolver enfermidades que se não forem tratadas adequadamente tendem a se cronificar e se tornar problemas físicos, conforme Dejours explica, “embora o sofrimento humano seja intrínseco aos processos de trabalho, é necessário compreender suas causas para agir sobre elas, modificando-as com vistas a tornar o processo laboral um fator de saúde e não de adoecimento”, (DEJOURS, 1992).

Portanto, embora deva ser considerado as circunstâncias de tais atos, sabendo que as condições são estruturais de acordo com as condições da atividade rotineira, são todas devido à iminência da vitimização, que se define posteriormente em lesões físicas, doenças psicológicas, traumas, e até mesmo morte em decorrência dos confrontos com a criminalidade ou até mesmo com o avanço dos males psíquicos, como a exemplo da depressão que pode acarretar um suicídio. Os estudos indicam que os policiais que sofrem com a vitimização, seja ela no exercício de suas funções, sejam elas em forma de represálias nos momentos de folga, apresentam sintomas e desenvolvimento de enfermidades em consequência da vitimização.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

No Brasil, as pesquisas acerca da vitimização sofrida por parte da polícia militar datam de 1988, que naquele ano decidiu-se incluir em seus dados por meio do IBGE, as estatísticas da violência sofrida por parte da polícia. Ainda nos dias hoje, porém num intuito diferente, essa vitimização continua a ser datada e contada, hoje em termos de preocupação, questão de segurança pública, pois a violência contra a polícia evoluiu, de hostilização por parte da sociedade, para uma alta taxa de homicídios e letalidades relacionadas ao exercício de suas funções em decorrência do aumento da violência.

Nos dias de hoje, diversas pesquisas são dirigidas nesse sentido, e a mídia retrata diariamente esse quadro assustador, essas pesquisas, expõe o aumento constante na morte dessa classe. Entretanto, desde os primórdios da democracia, a vitimização cometida pela polícia militar tem sido estudada, que anteriormente era o principal órgão ao que se referia as pesquisas, no desrespeito aos direitos humanos, por infligir sobre as populações da periferia tida como os mais perigosos atos de violência desmedida com o fim de reprimir a violência. (NUNES, 2014).

Desse modo, atualmente, mesmo que a violência policial seja uma realidade, impelida pelos momentos difíceis que o Brasil vive no que tange a segurança pública, houve uma mudança de foco, e a vitimização sofrida pela polícia militar se tornou motivo de preocupação e análise, gerando diversos debates e embates por parte da própria polícia e dos direitos humanos, uma vez que a polícia foi por muito tempo o antagonista no quadro da violência, e embora tenha por muito tempo existido um total descaso para com a situação da polícia militar por parte do Estado, recentemente a mesma tem conquistado espaço, e se feito ouvir por meio das pesquisas e estatísticas referenciadas nos anuários de segurança pública.

Desse modo, a sociedade tem sido colocada em alerta, haja vista que até mesmo aqueles que têm por função proteger, ironicamente estão desprotegidos e sendo vitimados pela criminalidade e violência, chegando a ser questionada a supremacia legítima da força física do Estado que ganha vida através dos serviços policiais. Ressalta – se nesse agravio da violência, o aumento das taxas de homicídios tendo por maioria em suas vítimas os próprios policiais, muitos em situação de folga, fora do exercício da função, evidenciando que expor a identidade de policial, é um risco independente de o profissional estar no exercício da função ou em situação de folga (MELLO; NUMMER, 2015).

Minayo et al. (2007), explica, “os policiais constituem categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades”, (MINAYO, 2007, p. 2768). Sendo assim, o estudo da violência

sofrida pela polícia militar demonstra a multiplicidade de fatores envolvidos que por consequente culminam em uma série de vitimizações, ocasionadas pela identidade que o policial assume em sociedade, necessitando então expandir a compreensão desses termos, para ser possível analisar e situar este problema de segurança pública.

A violência sofrida pela polícia pode ser analisada tanto em face da atuação direta nas ruas, levando em consideração a vida social fora do exercício das funções, como em face do exercício administrativo de suas funções, existindo a possibilidade de ocorrer vários tipos de situações que se enquadram na vitimização desse policial, tais quais, situações vexatórias decorrentes do abuso hierárquico, abuso moral e sexual, dentre outros fatores (COSTA et. al., 2011).

Costa (2011) ainda versa acerca de uma terceira dimensão da vitimização policial,

Quanto à terceira dimensão, vista como “normativa”, “diz respeito às práticas objetivas” e subjetivas que envolvem condutas morais e valores culturais que permeiam o horizonte simbólico das representações sociais do indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros enquanto indivíduos e parte das instituições (COSTA et. al., 2011, p. 7).

Neste sentido, fica entendido que várias considerações podem ser feitas e correlacionadas entre si culminando por fim, em várias formas violência contra a polícia, a partir do momento que esse profissional assume os riscos do exercício da função e também do ato de assumir socialmente sua identidade como policial.

Dentre esses diversos fatores que evidenciam e contribuem com a vitimização policial, a posição da polícia em sociedade como instituição de alto escalão hierárquico está entre esses fatores de maior importância, tornando-os alvos fáceis de julgamento social, e como alvo certo no que se refere aos homicídios, caracterizados como execuções sofridas pela classe. Fernandes (2016) versa, “A maioria dos PMs vítimas de mortes violentas quando de folga ou no serviço de rádio patrulhamento são soldados, cabos e terceiros sargentos, todos homens, e na faixa etária dos 41 aos 50 anos, com até vinte anos de serviço”, (FERNANDES, 2016).

Dessa forma, o autor expõe a gravidade dos riscos a que são expostos esses profissionais, por um lado, o exercício da função, com seu percentual norma de risco elevado pelo crescimento da violência, por estarem em contato direto com o ambiente de crime, do outro lado, em situações de folga, os mesmos se expõe a riscos na exposição de sua identidade, pois se encontram em locais e situação de maior vulnerabilidade (FERNANDES, 2016, p. 201).

Neste sentido, estudos realizados no ano de 2013, precedidos pelos teóricos, Durante & Oliveira Júnior (2013), embasados nas estatísticas publicadas pela secretaria nacional de segurança pública, foram classificadas e tipificadas em 4 grupos de vitimização e violência sofrida tanto nas ruas como dentro das instituições sendo eles, assédio sexual, ameaçado, violência física e baleado, embora possa se classificar ainda outros tipos de vitimização ocasionadas por outros fatores, os estudos por fim chegaram a seguinte conclusão,

Os policiais militares apresentam altas taxas de vitimização em relação ao universo de 40.502 indivíduos pesquisados sendo: 27% de vitimizados por violência física, 5% baleados, 46% ameaçados, 66% discriminados por serem policiais, 61% humilhados por colegas de trabalho, 28% vítimas de acusação injusta da prática de ato ilícito e 60% vítimas de desrespeito aos seus direitos trabalhistas. (DURANTE & OLIVEIRA, 2013)

Durante & Oliveira Júnior (2013) ainda afirmam,

À violência física, são fatores determinantes o gênero, a idade, a condição econômica do policial e o tempo de experiência profissional. De modo análogo, estas variáveis incidem sobre os acidentes de trânsito, ressalva feita à condição econômica do policial. Sobre as vitimizações por violência moral destaca-se a condição econômica do policial, a região geográfica onde atua, a raça do policial e o período de experiência na atividade profissional, variáveis essas também encontradas nas vitimizações por desrespeito aos direitos trabalhistas, havendo apenas a presença do fator idade no lugar de raça. (DURANTE & OLIVEIRA, 2013)

Dessa forma, é evidente a depreciação e falta de apoio da sociedade e a vitimização que a mídia insiste em propagar em desfavor da polícia.

Desse modo, a insegurança constante dessa classe nos últimos tempos se evidencia por meio da titulação do presente estudo, e apesar dos dias atuais exigirem da polícia uma conduta mais enérgica e autoritária a fim de reprimir a crescente violência, não se pode ser esquecido que por trás da farda existem seres humanos, que lidam com bravura e coragem todos os dias, se colocando em risco, usando da própria vida como escudo em prol de uma sociedade melhor, não se pode esquecer que estes policiais têm direito a proteção, mesmo sendo aqueles quem exercem esse papel, pois eles também tem por direito a garantia dos princípios básicos de segurança que versam a nossa constituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a vitimização sofrida por todo um corpo militar, sendo assim concluiu-se que, a vitimização policial acontece diante de três fatores, primeiramente oriunda das relações institucionais, entre o policial, e as leis a serem aplicadas a ele próprio. Sendo muitas vezes impossibilitado de exercer sua função com segurança em decorrência de leis contrárias a sua função policial. Em segundo lugar, a vitimização segue sendo alimentada pela falta de aplicação dos direitos humanos aos policiais, no que se refere a sua identidade e aos riscos que esse profissional corre em seu serviço. Entretanto ainda existe outra forma de vitimização, a mídia que em sua exposição diária dos problemas de segurança pública, acaba por vilanizar a polícia militar e não comunicar os índices de mortes entre os policiais.

Logo se faz necessário, não somente o reconhecimento e valorização deste profissional por parte do estado, sendo este o seu mantenedor principal, bem como pela lei e pelos direitos fundamentais de ter sua integridade física preservada e permitir a defesa concreta de sua possibilidade de vida frente aos confrontos entre bandidos. Não esquecendo de fomentar via comunicacional uma maior interação das causas de mortandade dos policiais em serviço pela mídia.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. In *Sociedade e Estado* 10 (2): 299-342. Brasília, UnB, jul/dez.

AQUINO, Marçal. *O Invasor*. São Paulo – SP: Geração Editorial, 2002.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília, EDUnB, 1985.

BODY-GENDROT, Sophie e LE GUENNEC, Nicole. *Mission sur les violences urbaines*. Paris, La Documentation française, 1998.

BOSCHI, R. (org.) *Violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Conferência Nacional Segurança, Justiça e Cidadania. Brasília, Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Ivone Freire et. al. Qualidade de vida, riscos e vitimização: um estudo sobre as polícias civil e militar na Bahia. In.: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26-29 de julho, Curitiba, 2011.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Editora Cortez; 1992.

DUE, P, Holstein B, Lund R, Modvig J, Avlund K. Social relations: network, support and relational strain. Soc Sci Med 1999.

DURANTE, Marcelo Ottoni; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir. Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil. In.: Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 132-150, fev/mar 2013.

FAUSTO, Bóris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, Brasiliense, 1984.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA,

<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/vitimizacao-policial-analise-das-mortes-violentas-sofridas-por-integrantes-da-policia-militar-do-estado-de-sao-paulo>.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf

<https://jhfrota.jusbrasil.com.br/noticias/249271582/mortes-de-policiais-causam-menos-comocao>.

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_.asp

http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/boletinsInformativos/848/BoletimInformativo-ConstruindoLinhasDeCuidadoi.pdf

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_.asp

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ong-de-direitos-humanos-alerta-para-crescimento-de-letalidade-policial-no-brasil,70002154631>

FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013- 2014). Revista brasileira de segurança pública, São Paulo, v. 10, n 2, p. 192- 219, ago/set 2016.

MEN, Lipp. Pesquisa sobre stress no Brasil. São Paulo: Papirus Editora; 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. In.: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11), p. 2767-2779, nov. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Vitimização profissional. In.: LIMA, Renato Sérgio de et. al. (orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 519-526.

MORRISSON, Clarence (org.). Os Grandes filósofos do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PUTY, Z. C. B.; Barcellos, C. F. & Daniel, E. Violência urbana. Rio de Janeiro, Codecri/Fiat Automóveis, 1982.

SILVA, J. Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

SOCIEDADE E ESTADO. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia,10(2), 1997.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In.: CRUZ, Marcos Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (orgs.). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 11-24.

WISNER A. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro; 1994.